

Quatro Versões do Mesmo Fato*

O Choque de Ordem na cidade do Rio de Janeiro

Suzana Rozendo Bortoli**

Resumo

A pós-modernidade é conhecida como um período de intensas transformações sustentadas por estratégias de gestão de populações bastante sofisticadas. O presente trabalho buscou examinar a operação ‘Choque de Ordem’ na cidade do Rio de Janeiro, uma política de higienização urbana voltada à população de rua. Analisando as notícias jornalísticas sobre essa Operação, o discurso das políticas públicas e as entrevistas com mulheres em situação de rua e profissionais da área, observou-se que a visão jornalística está em consonância com o discurso político, enquanto as mulheres e os profissionais especializados se alinham do lado contrário do discurso oficial.

Palavras-chave: Jornalismo, Choque de Ordem, Rio de Janeiro, População de rua.

Abstract

Postmodernity is known as a period of intense transformations underpinned by very sophisticated population management strategies. The present work seeks to examine the operation “Choque de Ordem” (“Order Shock”) in the city of Rio de Janeiro, an urban hygiene policy aimed at street population. It analyzes news reports about this operation, the public policies discourse, and interviews with homeless women and professionals of the area. The paper observes that the journalistic perspective is aligned with the political discourse, while women and specialized professionals are opposite to the official discourse.

Keywords: Journalism; Order Shock; Rio de Janeiro; Homeless Population.

Apresentação

A Modernidade foi entendida como um período de revoluções, transformações intensas, principalmente no espaço urbano e também de exclusão dos “anormais”. Uma das principais estratégias de gestão de Estado moderno foi isolar e afastar os riscos sociais, assim como banir os

* Trabalho apresentado no GT 3 - Subjetividade, Narrativas e Produção de Sentido, do 8º CONECO/ XII Poscom PUC-Rio, outubro de 2015.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFC (2012).

“estranhos” dos limites do mundo ordeiro citadino, impedindo toda comunicação dos excluídos com o mundo externo. Havia a noção de contaminação que levava ao isolamento dos anormais, doentes, inválidos, vadios, etc, em instituições fechadas e apartadas do espaço urbano.

Na Pós-Modernidade, as transformações ocorrem em tempo vertiginoso e as estratégias de exclusão aparecem com nomes distintos e, algumas vezes mais sofisticados. “Choque de Ordem”, por exemplo, é a operação criada pela Secretaria de Ordem Pública (SEOP), em 2009, na cidade do Rio de Janeiro, para combater os pequenos delitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Um dos principais alvos dessa operação são as pessoas desabrigadas, que circulam em vias públicas do município.

Tendo como foco o Choque de Ordem aplicado sobre a população de rua situada no município do Rio de Janeiro, o presente trabalho buscou ouvir múltiplas vozes e confrontar quatro versões desse mesmo fato: o que diz o site oficial da SEOP? O que as notícias informam? O que falam as mulheres que vivem em situação de rua sobre o assunto? E qual a opinião dos profissionais que trabalham com esse público?

Para tanto, a pesquisa considera como material empírico, a partir do método da análise de conteúdo, alguns textos publicados no período de 2010 a 2015 sobre o Choque de Ordem divulgadas nos jornais *online O Globo*. As matérias foram selecionadas pelo critério qualitativo de relevância. Também, foram utilizadas cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres adultas em situação de rua, realizadas em 2014, em Unidades de Reinserção Social (Irmã Dulce e Stella Maris); e cinco entrevistas semiestruturadas com profissionais de diversas áreas que trabalham com esse público.

Choque de Ordem: o fim da desordem urbana

Uma das medidas tomadas na gestão do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, assim que assumiu a Prefeitura em seu mandato anterior, foi a criação da Secretaria de Ordem Pública (SEOP). A nota oficial da Operação “Choque de Ordem” consta no site da secretaria desde 16 de setembro de 2009 com os seguintes dizeres:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas.

Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém criada Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade.¹

De acordo com Pereira (2011), o Choque de Ordem se assemelha com a Reforma Pereira Passos do início do século XX, quando os casarões da Avenida Central do Rio de Janeiro (atual Avenida Rio Branco) foram demolidos para a construção de grandes edifícios e a população mais pobre foi expulsa da região central. Os objetivos da Operação são: coibição de venda de produtos ilegais; recolhimento (embora o discurso oficial utilize o termo “acolhimento”) da população em situação de rua, que é levada a abrigos municipais; fiscalização de estacionamento irregular nas calçadas e demolição de construções em local de proteção ambiental ou sem alvará municipal para funcionamento (PEREIRA, 2011).

A retirada de desabrigados dos locais de grande circulação é um fenômeno histórico. Com raízes fincadas no período do imperial, o projeto higienista de urbanização impulsionou a criação de várias instituições que visavam isolar os cidadãos de rua dos demais estratos populacionais (ROZENDO; ROZENDO, 2011).

Bauman (1998) nos lembra o principal sentido da palavra “ordem”, que está diretamente relacionada com a “pureza”. A pureza “é uma visão da ordem isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro” (BAUMAN, 1998: 14). A imagem de ordem apresentada por Bauman, portanto, é aquela em que as coisas são colocadas propositalmente em lugares “convenientes”. Segundo o autor, o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” são coisas fora do lugar. Ele cita um exemplo: “Sapatos magnificamente lustrados e brilhantes tornam-se sujos quando colocados na mesa de refeições. Restituídos ao monte dos sapatos, eles recuperam a prístina pureza” (BAUMAN, 1998: 14). Porém, não são somente objetos que se encaixam no conceito de pureza. Há pessoas para quem nenhum lugar foi reservado, em qualquer fragmento da ordem preparada pelo homem. “Elas ficam fora do lugar em toda a parte, isto é, em todos os lugares para os quais o modelo da pureza tem sido destinado” (BAUMAN, 1998: 14).

O sociólogo chama, na pós-modernidade, essas pessoas “fora do lugar” de “estranhos modernos”: “Os estranhos exalaram incerteza onde a certeza e a clareza deviam ter imperado” (BAUMAN, 1998: 28). Para ele, constituir a ordem foi uma guerra de atrito empreendida contra os estranhos e o diferente. Nessa guerra, uma estratégia seria a de assimilação: tornar a diferença semelhante; a outra estratégia seria a de exclusão: “vomitar os estranhos, bani-los dos limites do

mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro” (BAUMAN, 1998: 29). No que se refere ao Choque de Ordem, é possível inferir que o Estado segue a segunda estratégia: confina os “estranhos” ou os expulsa para além das fronteiras de territórios de circulação comercial e turística.

Caldeira (2000) explica que as grandes metrópoles tornaram-se “cidades de muros”. Esses muros não são apenas simbólicos, mas também físicos, resultantes do medo de ameaça de alguns grupos que compõem a população, tais como os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. Isso aliado à descrença da eficácia do poder público em garantir a segurança de todos. A vida na cidade, marcada pela tensão, discriminação e apartação, segundo Teresa Caldeira, afasta as possibilidades de relações de pessoas “normais” com aquelas com as quais elas consideram “diferentes” ou perigosas, apesar da proximidade espacial entre grupos heterogêneos que estão cada vez mais separados socialmente. Cada habitante vive isolado e convive apenas com seus iguais.

Esse isolamento, muitas vezes, se dá de forma coercitiva, independentemente da índole do cidadão abordado pelas forças do Estado. Velho (2007), em “Metrópole, cultura e conflito”, afirma:

As incursões diárias de bandidos em bairros de classe média, com assaltos a residências, ataques no trânsito, ao comércio e a instituições públicas as mais diversas criam um clima permanente de medo e insegurança no Rio de Janeiro. Isso é agravado pela desconfiança e experiências traumáticas com as chamadas forças da ordem, que com frequência, utilizam métodos arbitrários, brutais, quando não criminosos, ao lidar com a população em geral, particularmente com os mais pobres (VELHO, 2007: 24).

Em outra obra, "Vidas desperdiçadas", Bauman (2005) explica que quantidades enormes e crescentes de seres humanos estão destituídos de formas e meios de sobrevivência com a expansão global. Com essa superpopulação do globo, surgem questões relacionadas à segurança, imigração e pessoas em busca de asilo, problemas que devem ser colocados em pauta na agenda política moderna. Sem uma forte atuação estatal, da desordem urbana, nasce o caos. “Sempre há um número demasiado deles. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais devia haver menos - ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são pessoas das quais devia haver mais” (BAUMAN, 2005: 47).

Diante desse cenário de insegurança, medo, violência e segregação, cabe-nos agora verificar como “eles” são retratados midiaticamente pela perspectiva do “nós”, produtores e consumidores de notícias.

Notícias sobre Choque de Ordem e população de rua

Ao ser fabricada pelo jornalista, a notícia deve obedecer a critérios que são mencionados no Código de Ética Jornalística, tais como objetividade, imparcialidade, verdade e precisão, o respeito à privacidade, independência em relação aos anunciantes etc. Segundo Sodré, a imparcialidade, garantida pelo estatuto profissional do jornalista, é apenas uma presunção no relato jornalístico, tendo em vista que ele é uma “construção”, feita por uma subjetividade a partir de outros relatos (provindos das fontes):

Quando é o caso de um assunto controverso, a prática profissional manda que se “ouçam todos os lados”, isto é, que se compilem o maior número possível de versões. Presume-se que cada uma delas relativize o poder da interpretação única e, assim, se possa chegar por consenso implícito a uma verdade ou, mais precisamente, à veracidade jornalística (SODRÉ, 2009: 49-50).

Garland (2008) afirma que a mídia é capaz de mostrar que más decisões e práticas equivocadas de instituições sociais e governamentais podem ser, agora, muito mais visíveis. “O sigilo oficial e a imunidade governamental são crescentemente desafiados por uma imprensa ousada e popularizada” (GARLAND, 2008: 198). Mas, afinal, o que dizem as notícias sobre o Choque de Ordem relacionadas à população de rua? Os jornalistas obedecem aos critérios mencionados no Código de Ética da profissão? Vejamos.

Em 14 de maio de 2010, foi divulgada a nota: “Choque de Ordem acolhe 147 moradores de rua”, exatamente assim:

RIO - Uma operação Choque de Ordem levou 147 moradores de rua para abrigos da prefeitura, na madrugada desta sexta-feira. A ação, da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop), aconteceu nos bairros Botafogo, Copacabana e Centro. Eles foram transportados em dois microônibus e um ônibus.²

Onze dias depois, em 25 de maio de 2010, o título apareceu com outro verbo (“Choque de ordem recolhe 87 moradores de rua na Tijuca e em Vila Isabel”), mas o conteúdo foi o mesmo. Já em 28 de maio de 2010, o jornalista se referiu aos pertences das pessoas “acolhidas” como entulhos:

Choque de Ordem acolhe 45 moradores de rua e retira uma tonelada de entulhos na Tijuca

RIO - Uma operação Choque de Ordem acolheu 45 moradores de rua (14 deles menores) na Tijuca, Zona Norte, na madrugada desta sexta-feira. A fiscalização percorreu ruas da Tijuca, Vila Isabel e Maracanã. Todos os adultos foram levados para o abrigo da Prefeitura em Paciência, os menores foram encaminhados para o Centro de Triagem do Largo da Carioca, no Centro. Durante a ação

feita por agentes da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop), 23 veículos foram multados por estacionamento irregular e uma tonelada de entulho utilizado pelos moradores de rua foi recolhida.³

Outras matérias, durante o mesmo mês, e com conteúdos similares foram publicadas: “Choque de Ordem na Zona Sul acolhe 50 moradores de rua na madrugada”⁴ (26/05/2010); “Choque de Ordem retira 109 moradores de rua na Zona Sul”⁵ (23/06/2010); “Operação Choque de Ordem recolhe moradores de rua na Central do Brasil”⁶ (04/11/2010); “Choque de Ordem apreende mercadorias e recolhe moradores de rua na Glória”⁷ (29/08/2010).

Em 15 de junho de 2010, a notícia “Choque de Ordem acolhe moradores de rua no Centro” divulgou que, durante a madrugada, a Operação “acolheu 20 moradores de rua”⁸:

Essa outra notícia, de 27 de agosto de 2010, teve o conteúdo mais extenso que as demais: “Choque de Ordem no Largo do Machado recolhe 16 moradores de rua”⁹. Além do resumo de informações básicas, conforme as notícias anteriores mencionadas, o repórter citou o nome de um homem que estava sendo procurado pela polícia e de outros dois que desacataram as autoridades, danificaram o veículo da fiscalização e foram encaminhados para a delegacia do Catete. Além disso, foi adicionada, na matéria, uma fala do então subsecretário de Controle Urbano da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop), que disse não medir esforços para “reduzir os pequenos delitos praticados por alguns moradores de rua”.

Neste outro caso, “Choque de Ordem retira 123 moradores de rua na Zona Sul”¹⁰, de 03 de janeiro de 2010, as pessoas que se recusaram a ser “acolhidas” também foram punidas. E, para Marcelo Maywald, então coordenador da ação, retirar os pertences das pessoas ajudava a dificultar a permanências delas nas ruas.

É interessante notar, nesta outra notícia, que todas as frentes da operação foram mencionadas em apenas dois parágrafos. Com o título “Operação Choque de Ordem recolhe moradores de rua e apreende mercadorias na Zona Sul” (07/10/2010):

RIO - Agentes da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) apreenderam, na madrugada desta quinta-feira, 200 kg de verduras e 50 peças de porcelana com ambulantes não autorizados em Botafogo e na Glória, na Zona Sul. Durante a fiscalização, sete moradores de rua, sendo um menor de idade, foram acolhidos e levados para abrigos da prefeitura. Também foram recolhidos 300 kg de lixo e multados 35 veículos por estacionamento irregular em ruas de Ipanema e Copacabana.¹¹

Em 2015, notamos uma diferença na escrita dos relatos jornalísticos. Aparece a figura do assistente social. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social passa a ser a responsável pela abordagem das pessoas nas ruas. Surgem, nas notícias, termos como “abordagem social”. E, no

lugar de “recolhimento”, aparece um outro modo de dizer: os adultos são abordados e convidados a ingressar na rede acolhedora do município e eles têm o livre arbítrio de acompanhar ou não as equipes. Como se mostra neste exemplo:

Andaime usado em obra de mercado vira abrigo para moradores de rua na Tijuca (13/07/2015)
RIO - Os andaimes usados numa obra realizada por um supermercado na Tijuca, na Zona Norte do Rio, está atrapalhando a rotina dos moradores da região e, segundo uma leitora que prefere não se identificar, está contribuindo para o aumento da população de rua no local. (...)
A Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, responsável pelo serviço de abordagem social às pessoas em situação de rua, afirma que *o trabalho é realizado diariamente nos períodos diurno e noturno*, em todas as regiões da cidade, inclusive na Tijuca. (...) Apesar disso, *após diversas abordagens, nenhuma delas mostrou interesse em ser acolhida*.
O órgão informou que "todas as reclamações referentes à presença de população em situação de rua são cheçadas, todavia, *os adultos abordados e convidados a ingressar na rede acolhedora do município têm o livre arbítrio de acompanhar ou não as equipes (...)*".¹² (grifo nosso).

Até aqui, vale a pena mencionar alguns pontos de análise: as notícias ou notas são rasas em sua maioria. O jornalista, nesse caso, se apresenta como um sintetizador de relatos do trabalho da prefeitura. Os “acolhidos”, geralmente, são levados para o abrigo municipal Rio Acolhedor, mais conhecido como Abrigo de Paciência, que fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O local é alvo de várias denúncias do Ministério Público em relação à infestação de percevejo nos colchões, estruturas precárias, insalubridade, tráfico de drogas, prostituição, abuso de poder dos funcionários, entre outras atrocidades, que nunca foram mencionadas em nenhuma dessas notas/notícias.¹³

Quando as narrativas apresentam fontes, são sempre representantes da Operação; ou seja, nem os próprios “acolhidos”, nem os órgãos que atuam em prol da população de rua no município, tais como o Fórum Estadual da População em Situação de Rua, são “ouvidos”. A objetividade jornalística, nesses casos, foi deixada de lado. E, conseqüentemente, a imparcialidade também.

As operações, na maior parte das vezes, são feitas durante a madrugada. Por que não durante o dia se há pessoas vivendo nas ruas o tempo todo? Não há uma explicação nas notícias, mas pode-se ter uma ideia ouvindo as mulheres em situação de rua e os profissionais que trabalham com esse público. O tema será abordado a seguir.

O que falam as mulheres em situação de rua e os profissionais

Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva, 18 anos, em situação de rua desde a infância, diz que já foi abordada pela Guarda Municipal diversas vezes: “Você dormia ali e te acordavam e se

você não saísse, eles te pegava. Aí, a gente entrava na van, esperava eles distrair enquanto que eles ia pegar as outra pessoas, abria a porta e ia embora” (informação verbal).

Maria de Lourdes, 42 anos, negra, trabalhou como empregada doméstica e morava junto com a família dos patrões próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas. Depois, trocou de emprego, alugou um apartamento em Copacabana, então, o dinheiro acabou e foi pra rua. No total, foram cinco anos vivendo em vias públicas. Ela afirma que nesse período, embora não soubesse o nome da Operação, foi “recolhida por uns polícia aqui” (informação verbal).

India Silva, 44 anos, narra como foi sua experiência:

Eu estava debaixo do viaduto em Laranjeiras, eles passaram 20 para meia noite, eu tinha acabado de fazer um lanche pra dormir, eu tava com um carinho de supermercado lotado de coisa de brechó, que eu ia pra Praça XV. Eles passaram e me chamaram e disseram que eu tinha que acompanhar eles, que era proibido ficar na rua. Eu fui por espontânea vontade (informação verbal).

Kátia da Silva Ribeiro, 49 anos, em situação de rua há cinco, nunca foi levada a nenhum abrigo municipal, mas ao ser questionada sobre a pior coisa que presenciou na rua, afirma: “A Polícia Militar disfarçada de Guarda Municipal levando as pessoas obrigadas para o abrigo, quem não quisesse ir, eles enchiam de porrada” (informação verbal).

Com Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus, 60 anos, a situação foi diferente. Há cinco anos circulando pelas ruas do município do Rio de Janeiro, disse que perdeu o contato com os filhos em Mato Grosso do Sul por conta de uma abordagem: “Com esse negócio da guarda municipal, eu perdi os papel com as foto dos meus filho. Jogaram tudo em cima do caminhão e lá se foi tudo. Número de telefone, tudo” (informação verbal).

Rodrigo Acioli Moura tem 32 anos e é psicólogo e atua como colaborador do Conselho Regional de Psicologia (CRP), dentro da comissão dos direitos humanos. Trabalha com população em situação de risco social desde 2005. Também se ocupa como voluntário, distribuindo comida, à noite, juntamente com seu grupo religioso. Relata ter visto inúmeros recolhimentos e ouvido muitas histórias sobre essa prática:

Estar de madrugada fazendo um atendimento com esse trabalho social, de ver essa equipe do governo passando, moradores de rua correndo, fugindo, todos escondidos e perguntando se eles já teriam ido embora. Então, eles contam que tem gente que é legal, tem gente que não é. Às vezes, eles são obrigados a entrar [na van], [o abrigo] é longe pra caramba e têm que voltar sozinhos. Tem as pessoas que gostam, que tem histórias boas, mas, infelizmente, eu conversando com eles ali na rua, as histórias não são boas não. Tanto que eles fogem quando eles parecem, né? (informação verbal)

Para ele, levar a pessoa para um equipamento público que não oferece serviço de boa qualidade, não é o mais apropriado: “A forma do acolhimento, de acolher, tem que ser de uma forma muito mais afetiva do que profissional, não repressora, não agressiva, se está levando para algum lugar esse local deve ser um local adequado, e a pessoa que está sendo acolhida, ela tem que ter direito de escolha” (informação verbal).

Renata Verônica Côrtes de Lira é advogada e trabalha no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Rio de Janeiro - MEPCT/RJ. Ela é contra o recolhimento compulsório dessas pessoas que ficam nas ruas. “Sei que existem alguns casos necessários, em casos de surto, e talvez a pessoa precise passar alguns poucos dias tendo acesso a um medicamento, uma proximidade maior com os profissionais, com os técnicos” (informação verbal). A advogada critica:

Então, parece que as pessoas não conhecem a história né, como que é que a sociedade se monta, parece que as pessoas caem do céu, parece que não sabem que os fatos se repetem né, que o recolhimento é mais uma limpeza higienista que está acontecendo no Rio de Janeiro, como já aconteceu há anos atrás, entendeu? Então, esquecem do que já aconteceu, apagam o passado, apagam as consequências e repetem. Para além do absurdo de você internar compulsoriamente é a repetição, a ideologia que traz de volta esse tipo de política, né? (informação verbal).

Virgínia Lima dos Santos Levy é psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas do bairro Botafogo e tem contato com a população em situação de rua há quatro anos. Ela também é contra o recolhimento compulsório:

Pelo aspecto teórico, recolher não pode funcionar porque se a pessoa tá numa situação de perda de autonomia, não vai ser você obrigando ela a alguma coisa que ela vai recuperar sua autonomia. Quando ela não tá escolhendo se ela vai para algum lugar, se ela vai parar de usar droga, se ela vai tentar um abrigo, ela está sendo humilhada também. Então, ela deixa de ser escrava da droga para ser escrava de alguma outra coisa. Por outro lado, não vejo muita gente que foi recolhida e depois teve um segmento de tratamento (informação verbal).

Márcio Santos Tavela Ramos trabalha como psicólogo com pacientes dependentes de drogas, no Observatório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro, situado no bairro de São Cristóvão. Ele é radicalmente contra o recolhimento compulsório:

É um absurdo, uma violência. Não é acolhimento, não é busca de vínculo, não é busca de acompanhamento, não é respeito à pessoa humana, é a falta tudo, é uma captura, muitas vezes um sequestro. Tem relatos desse recolhimento compulsório, recolhe-se alguém, um ser humano da rua, pessoa em situação de vulnerabilidade, leva-se em uma van para um lugar muito afastado do

município e, muitas vezes, não é levado nem para um abrigo ou outro serviço. Há relato de pessoas que desapareceram, então assim, sequestro, às vezes, cabe, né? É revoltoso, é higienista, é higienizar a cidade, é tirar as pessoas que na verdade são uma crítica da cultura, uma crítica da sociedade. Claro que existem as situações de uso abusivo que a pessoa pode entrar em um estado de surto ou algo assim, mas coisas pontuais e que são muito difíceis de serem contornadas não podem ser resolvidas por uma política pública que vai passar a régua nas pessoas daquele território, forçosamente, na captura (informação verbal).

Jociane de Souza da Silva é doutora em Serviço Social e diretora da unidade de reinserção social Casa do Catete. Apesar de ser funcionária pública, ela é contra o modo de atuação do município, mas mostra como poderia ser melhor:

Olha só, se eu chegar lá na rua e pegar uma pessoa “vamos agora” isso não vai trazer resultados porque aquela pessoa ela não é um ser irracional, ela não pode ser tirada dali simplesmente porque ela não pode ficar ali, até porque o direito a cidade é de todos, né? Agora, assim, se eu consegui fazer um trabalho que eu acho que é muito possível através da abordagem buscativa, a gente tem equipes que fazem isso e algumas equipes eu acho até que fazem muito bem. Você tem que fazer um trabalho com aquela pessoa. De onde você veio? Eu tenho uma oportunidade em tal lugar, te interessa? Aí a pessoa vai dizer sim ou não, mas qual é a proposta? Você tem que mostrar que proposta é essa que vai ser melhor do que aquele lugar ali que você está. Tem que ter um convencimento que existe um outro espaço melhor. E, realmente, quando essa pessoa estiver nesse lugar, fazer com que aquele lugar seja melhor para aquela pessoa, que ela se veja realmente como cidadã. Se o elo dela for maior com a rua, ela vai voltar para a situação de rua (informação verbal).

Observou-se que as mulheres que vivem em situação de rua já experienciaram a abordagem feita pela operação de ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro e, nenhuma delas, deixou de ficar nas ruas ou arrumou um emprego ou retomou vínculos familiares depois da ação. Quanto aos profissionais, todos se mostram contra o método, com exceção dos casos em que a pessoa está em surto e precisa que alguém tome a decisão por ela. E, mesmo assim, esse atendimento deve ser temporário, a não ser que, depois de retomada a consciência, o cidadão opte por prosseguir no abrigo público.

Considerações finais

Ao verificar quatro “vozes” distintas sobre a mesma situação, observaram-se muitas divergências. Enquanto a versão midiática está em consonância com o discurso oficial da Prefeitura, as mulheres em situação de rua e os profissionais discordam com a forma com que o poder público e, conseqüentemente, a imprensa abordam a temática.

As pessoas que vivenciaram a experiência de abordagem, com exceção de uma entrevistada que disse que foi ao abrigo por vontade própria, relatam que sofreram coerção por parte dos policiais. Seus pertences, tratados como entulhos, foram eliminados sem autorização.

Quem circula por regiões com grande quantidade de pessoas em situação de rua, como o Aterro do Flamengo, por exemplo, já deve ter presenciado a rápida ação de recolhimento de alguém que dormia debaixo de uma árvore, sendo colocado dentro de uma van ou ônibus da prefeitura. E, mesmo o poder público ou a imprensa optando pelo uso de termos mais brandos, essas práticas corriqueiras não podem ser consideradas “acolhimento”.

Vale mencionar que, atualmente, durante o dia, também é possível ver funcionários da Secretária de Desenvolvimento Social tentando estabelecer diálogos com os viventes de rua, com o intuito de convencê-los a ir ao abrigo. Porém, de nada adianta um trabalho adequado de abordagem, se o destino é confinar o sujeito em um ambiente insalubre e que não oferece possibilidades de mudança de vida.

As notícias analisadas nesse trabalho, não fizeram nada além de reproduzir e legitimar ações do município, que, de acordo com as falas dos entrevistados, são inadequadas, ineficazes e que ferem os direitos humanos. Se os agentes municipais “dão carona” para as pessoas chegarem ao Abrigo de Paciência para almoçar e voltar para o seu lugar de origem, do mesmo modo, a prática jornalística rasa, parcial e acrítica se assemelha a uma assessoria de imprensa que não está a serviço do cidadão, relatando práticas equivocadas de instituições governamentais, como deveria ser, mas que está em função de seu cliente, o Estado.

Notas

¹ Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

² Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-acolhe-147-moradores-de-rua-3008953#ixzz3hzinQgvs>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

³ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-acolhe-45-moradores-de-rua-retira-uma-tonelada-de-entulhos-na-tijuca-3002135#ixzz3hzj2uKqu>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁴ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-na-zona-sul-acolhe-50-moradores-de-rua-na-madrugada-3003106#ixzz3hzjIxYGH>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁵ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-retira-109-moradores-de-rua-na-zona-sul-2989914#ixzz3hzjMECuF>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/operacao-choque-de-ordem-recolhe-moradores-de-rua-na-central-do-brasil-2930652#ixzz3hzjQ1NdL>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁷ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-apreende-mercadorias-recolhe-moradores-de-rua-na-gloria-2959459#ixzz3hzjYnW5V>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁸ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-acolhe-moradores-de-rua-no-centro-2993599#ixzz3hzjg4ebj>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁹ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-no-largo-do-machado-recolhe-16-moradores-de-rua-2960022#ixzz3hzjE7VpZ>>. Acesso em: 9 ago 2015.

¹⁰ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-retira-123-moradores-de-rua-na-zona-sul-3074968#ixzz3hzjhDN3K>>. Acesso em: 9 ago 2015.

¹¹ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/operacao-choque-de-ordem-recolhe-moradores-de-rua-apreende-mercadorias-na-zona-sul-2941892#ixzz3hzjUfToJ>>. Acesso em: 9 ago 2015.

¹² Disponível em: < em <http://oglobo.globo.com/eu-reporter/andaime-usado-em-obra-de-mercado-vira-abrigo-para-moradores-de-rua-na-tijuca-16720271#ixzz3hzkNFCTG>>. Acesso em: 9 ago. 2015

¹³ Sabemos dessas denúncias por algumas matérias divulgadas na imprensa carioca, a exemplo desta matéria do jornal online O Dia: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-07/abrigo-improprio-em-paciencia-rio-acolhedor-e-liberado-pela-justica.html>>. Acesso em: 26 out.2015.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *O mal-estar da modernidade*. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CHAMPAGNE, P. *A visão mediática*. In: BOURDIEU, Pierre et al. *A Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 63-80.

PEREIRA, C. Operação Choque de Ordem: gestão urbana ou repressão? In: *Perspectiva Sociológica*. n° 6 e 7, Jan./Jul., 2011. Disponível em:

<http://www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/edicoes-anteriores/jan-jul-2011-no-6-e-7/operacao-choque-de-ordem-gestao-urbana-ou-repressao>. Acesso em: 9 de agosto de 2015.

ROZENDO, S.; ROZENDO, A. Vida de rua: experiências, caminhos e desvios. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 10, p. 106-118, 2011.

SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: RJ, Vozes, 2009.

VELHO, G. *Metrópole, cultura e conflito*. In: VELHO, Gilberto (org.). Rio de Janeiro: cultura, política e conflito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 9-30.

Entrevistas

JESUS, Alessandra Micheli Chthíers Santos de. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro.

LEVY, Virgínia Lima dos Santos. [13 jan. 2014]. Rio de Janeiro.

LIRA, Renata Verônica Côrtes de. [12 fev. 2014]. Rio de Janeiro.

LOURDES, Maria de. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro.

MOURA, Rodrigo Acioli. [10 dez.2013]. Rio de Janeiro.

RAMOS, Márcio Santos Tavela. [27 jan. 2014]. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Kátia da Silva. [5 dez. 2013]. Rio de Janeiro.

SILVA, Índia. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro.

SILVA, Jociane de Souza da. [25 mar. 2014]. Rio de Janeiro.

SILVA, Núbia Cristina Laurinda Pereira da. [4 abr. 2014]. Rio de Janeiro.